PORTARIA 071/2019/DPG/DPPR

Concede Prorrogação da Licença Maternidade para servidora da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **considerando** o artigo 18, XII, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

CONCEDE

Art. 1º. A prorrogação da licença maternidade à servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período	
Daniella Geres De Lima Regatieri	Agente profissional da Defensoria	96649002	10	30/09/2019	09/10/2019

Curitiba, 12 de abril de 2019.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

33358/2019

PORTARIA 072/2019/DPG/DPPR

Concede Licença por doença em pessoa da família à servidora da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **considerando** o artigo 18, XII e o artigo 169, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011, **considerando** o Laudo Médico CSO nº 02 de 30 de março de 2019.

CONCEDE

Art. 1º. Licença por doença em pessoa da família à servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período	
Katlin Nayara Bianco Monteiro	Agente profissional	108331780	11	30/03/2019	09/04/2019

Curitiba, 12 de abril de 2019.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

33361/2019

Portaria nº 05/2019/CGDP-PR

Dispõe sobre a retificação da correição ordinária a ser realizada na defensoria pública de Cornélio Procopio e São José dos Pinhais.

A Corregedora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelo artigo 33, inciso I da lei 136/2011; considerando o disposto no art. 29 e seguintes da lei complementar estadual nº 136/2011, e visando à verificação da regularidade do serviço, a eficiência, a pontualidade, o exercício de funções, o cumprimento dos deveres e atribuições do cargo e a conduta pública dos membros, servidores e estagiários da defensoria pública,

Considerando que a Corregedoria-Geral é órgão autônomo, nos limites das suas atribuições, que integra a administração superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

Considerando que compete à Corregedoria-Geral a orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta profissional dos seus membros e dos servidores da instituição, inclusive o ouvidor-geral.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a data da correição da Defensoria Pública de Cornélio Procopio/Pr, passando a constar o dia 04 de julho de 2019.

Art. 2º - Retificar a data da correição da Defensoria Pública de São José dos Pinhais/Pr, mantendo o dia 07 de junho de 2019, **excluindo** o dia 30 de maio de 2019;

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, permanecendo inalteradas a demais situações, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2019.

Josiane Fruet Bettini Lupion
Corregedora-Geral da Defensoria Pública

33738/2019

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - DOIS MIL E DEZOITO

Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia nove de novembro de dois mil e dezoito, com início às nove horas e quarenta e sete minutos, na sala de reuniões do Conselho Superior, no terceiro andar.

Aos nove dias de novembro de dois mil e dezoito, com início às nove horas e quarenta e sete minutos, na sala de reuniões do Conselho Superior, no terceiro andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua Mateus Leme, número mil, novecentos e oito, realizou-se a **DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho, Dr. Eduardo Pião Ortiz Abraão, Subdefensor Público-Geral, Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz, a Corregedora-Geral, Josiane Fruet Bettini Lupion, e o Ouvidor-Geral, Gerson da Silva. Presentes os Excelentíssimos Membros Titulares: Dr. Fernando Redede Rodrigues, Dr. Luis Gustavo Fagundes Purgato, Dra. Martina Reiniger Olivero, Dra. Patrícia Rodrigues Mendes e Dra. Renata Tsukada. Da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná – ADEPAR, presentes o Dr. Ricardo Milbrath Padoim (manhã) e o Dr. Carlos Augusto Silva Moreira Lima (tarde). **EXPEDIENTE – I).** O Presidente cumprimentou os presentes, conferiu o *quorum* e abriu a sessão. **II).** Aprovadas as atas da décima quarta reunião ordinária e da décima quinta reunião ordinária. **III).** Distribuições: Protocolo número quinze, quatrocentos e cinquenta e nove, duzentos e quarenta e dois, três – Dr. Fernando Redede Rodrigues. Protocolo número quatorze, zero, zero, um, seiscentos e noventa e um, oito – Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz. Protocolo número treze, novecentos e noventa e cinco, duzentos e noventa e seis, zero – Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz. Protocolo número quatorze, zero, zero, dois, zero, noventa e sete, quatro – Dra. Renata Tsukada. Protocolo número treze, novecentos e noventa e cinco, duzentos e quarenta e um, três – Dra. Renata Tsukada. Protocolo número quatorze, zero, zero, dois, duzentos e dezesseis, zero – Dra. Renata Tsukada. Protocolo número quatorze, zero, zero, um, oitocentos e noventa e quatro, cinco – Dr. Luis Gustavo Fagundes Purgato. Protocolo número quatorze, zero, zero, dois, zero, sessenta e nove, nove – Dr. Luis Gustavo Fagundes Purgato. Protocolo número quatorze, zero, zero, dois, trezentos e quarenta e cinco, zero – Dra. Patrícia Rodrigues Mendes. Protocolo número treze, novecentos e noventa e cinco, trezentos e cinquenta e sete, seis – Dra. Patrícia Rodrigues Mendes. **ORDEM DO DIA – A).** Não houve comunicações. **B).** Realizou-se a leitura das matérias constantes na pauta e abriu-se espaço para discussão e votação. Houve a inversão do item dois, passando a ser um, tendo em vista que os representantes da empresa Planservice, Sr. Márcio e Sr. Luciano, estavam presentes. **UM).** **Inversão de pauta** – Protocolado número quatorze, seiscentos e cinquenta e três, oitocentos e cinquenta e três, três – **Apuração de infração da empresa Planservice.** A relatora efetuou a leitura de seu voto, em que defendeu o desprovimento integral do recurso, mantendo-se a decisão proferida pela Defensoria Pública-Geral. O Sr. Luciano, representante da empresa, defendeu que houve lapso temporal de quatro anos na intimação da empresa, o que prejudicou a defesa da empresa por meio de documentos. Relatou que a empresa sempre teve preocupação em prestar o serviço de forma correta. **Votação:** Todos os conselheiros acompanharam o voto da relatora. Os representantes da empresa tomaram conhecimento do voto e não se manifestaram após a votação. **DOIS).** **Inverteu-se a pauta para apresentação das avaliações dos estágios probatórios.** O estágio probatório da servidora **Thereza Rayana de Souza Klauck** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolado treze, novecentos e noventa e sete, novecentos e quarenta, zero, TRÊS)** O estágio probatório da servidora **Andreia Ungari Andreto** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolado treze, novecentos e noventa e sete, quatrocentos e cinquenta e três, zero, QUATRO)** O estágio probatório da servidora **Tânia Cristina Cordeiro Aldivino** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolado treze, novecentos e noventa e sete, quinhentos e sessenta e dois, seis.**

CINCO) O estágio probatório da servidora **Marlene Myszka** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolo treze, novecentos e noventa e sete, setecentos e cinquenta e sete, dois, SEIS)** O estágio probatório da servidora **Maira Suemi Arita** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolo quatorze, zero, zero, um, setecentos e seis, zero, SETE)** O estágio probatório da servidora **Lethicia Gaidarji Silva** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolo quatorze, zero, zero, um, seiscentos e oitenta e cinco, três, OITO)** O estágio probatório da servidora **Andrea Camargo Surek** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolo treze, novecentos e noventa e sete, quatrocentos e trinta e cinco, dois, NOVE)** O estágio probatório da Servidora **Amanda Beatriz Gomes de Souza** foi aprovado unanimemente pelo Colegiado – **protocolo quatorze, zero, zero, dois, cento e treze, zero, O** Dr. Luis Gustavo ressaltou que tratou sobre estabilidade nos votos dos estágios probatórios sob sua relatoria, com base no Supremo Tribunal da Justiça. **DEZ)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quatorze, quatrocentos e oito, trezentos e quarenta, sete (apenso – quatorze, novecentos e trinta e um, duzentos e cinquenta e três, seis) – Realização de despesas pela central de viagens.** O relator explicou que foram identificadas algumas dificuldades na elaboração dos fluxos em razão dos prazos definidos pela Deliberação quatorze, de dois mil e dezoito, sugerindo, então, algumas mudanças para que este processo complexo seja exequível, considerando os recursos humanos disponíveis na instituição. Assim, apresentou-se alteração dos artigos treze; vinte e cinco; e vinte e sete, da respectiva deliberação. **Votação:** unânime com o relator. **ONZE)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quinze, trezentos e sete, oitocentos e quarenta e oito, três – Consulta sobre estabilidade – estágio probatório.** A relatora efetuou a leitura de seu voto. O Presidente da ASSEDEPAR ressaltou os transtornos com o estágio probatório dos servidores, sobretudo na demora da aprovação e a falta de retorno das avaliações semestrais dos avaliadores. A Presidência da ADEPAR solicitou vista dos autos. **DOZE)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quatorze, quatrocentos e oitenta, zero, zero, oito, sete – Regulamentação da licença para missão ou estudo.** O Colegiado analisou em conjunto a minuta de deliberação. **Artigo primeiro:** Dr. Patrícia defendeu que a definição de linha de pesquisa limita muito os Defensores. Solicitou incluir a EDEPAR no artigo, para ser ouvida, quando do afastamento do membro para missão ou estudo. **Artigo quarto:** Inciso V - A Dra. Martina solicitou a retirada da palavra "atuais", tendo em vista que o defensor pode mudar de área. O relator defendeu que a redação fosse mantida, pois trata-se de interesse da administração. **Votação:** Seis votos contrários ao redator, o Presidente não estava presente. Inciso VI – A Dra. Patrícia lembrou que quando a pessoa trabalha sozinha na sede, não tem como não fechá-la. O relator votou por manter a redação, tendo em vista o interesse público. **Votação:** Favorável ao redator, sendo três votos contrários. Foi realizada pausa para almoço, às doze horas e treze minutos. Retornando às quatorze horas e quarenta e três minutos. **Artigo sétimo:** Alínea a) a Dra. Patrícia solicitou diminuição do prazo de vínculo com a Defensoria Pública, em caso de afastamento, porém, o relator votou por manter a redação. **Votação:** Quatro votos contrários ao redator. – Dr. Luis, Dra. Josiane, Dra. Patrícia e Dra. Renata. Quatro votos favoráveis, sendo aprovado com voto de minerva do Presidente. O Dr. Fernando solicitou inclusão de inatividade compulsória, como invalidez e óbito, na alínea a. A solicitação foi aprovada. Alínea c) A ADEPAR sugeriu a apresentação apenas do requerimento do título de pós-graduação, sem necessidade de reconhecimento. O Colegiado não acatou a sugestão. Alínea d) O Colegiado acrescentou a obrigação de entrega de pelo menos um trabalho científico relacionado ao tema do curso de pós-graduação, em caso de afastamentos de até 1 (um) ano, e pelo menos dois trabalhos científicos, em casos de afastamentos superiores a 1 (um) ano, exclusivamente para publicação na Revista Eletrônica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Alínea e) A Dra. Patrícia considerou alto o número de horas-aulas estabelecido para lecionar, cem horas-aulas, porém o Colegiado manteve a redação. Alínea f) A Dra. Patrícia solicitou que a obrigação de participação em palestras, conferências, painéis, congressos e seminários; organizados pela EDEPAR, fosse incluída com as cem horas-aulas estabelecidas pela alínea e. O relator manteve a redação. **Votação:** Aprovada a redação do relator, sendo três votos contrários – Dra. Martina, Dra. Renata e Dra. Patrícia. **Artigo onze:** A Dra. Martina solicitou alteração no artigo para: "O afastamento poderá ser interrompido pelo Defensor Público-Geral, se assim o exigir o interesse institucional, ouvidos previamente o interessado e o Conselho Superior". Aprovado pelo Colegiado. **Artigo doze:** A Dra. Patrícia ressaltou que o deslocamento para algumas cidades do Paraná é mais distante que para outro Estado, portanto, achou importante estabelecer distância mínima para autorização do afastamento para frequentar cursos de pós-graduação "stricto sensu". O relator optou por manter a redação inicial, não autorizando o afastamento para o Estado do Paraná. **Votação:** Favorável ao relator, sendo três votos contrários – Dr. Luis Gustavo, Dra. Renata e Dra. Patrícia. **TREZE)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quinze, cento e setenta e sete, quatrocentos e trinta e três, quatro – Situação Estrutural e Laboral de Francisco Beltrão.** A Conselheira Dra. Patrícia solicitou vista dos autos, para ouvir a Defensora de Francisco Beltrão. **QUATORZE)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quinze, trezentos e oitenta e um, novecentos e cinquenta e um, três – Designação de Defensor para assistência de acusado em audiência por videoconferência no Presídio Federal de**

Catanduvas/PR. A relatora votou para que seja declarada a perda de objeto do procedimento, com o consequente arquivamento dos autos, tendo em vista que o procedimento foi distribuído para relatora após a data designada para a realização do ato. **Votação:** Unânime com a relatora. **QUINZE)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quatorze, seiscentos e sessenta e nove, seiscentos e onze, dois – Proposta de normativa que discipline o regime de plantão.** A relatora votou por representar ao Defensor Público Geral, nos termos do artigo sétimo, inciso XIX, da Deliberação CSDP número vinte e sete, de dois mil e quatorze, para que encaminhe projeto de lei para regulamentação da gratificação pertinente, no intuito de permitir que o Conselho Superior da Defensoria Pública regulamente o regime de plantão no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Votação:** Unânime com a relatora. **DEZESSEIS)** **Inversão de pauta -** Protocolado número **quinze, quatrocentos e vinte e três, trezentos e cinquenta e dois, zero – Permuta entre servidores com cargos distintos.** O protocolado foi apresentado pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral, tendo em vista que o Presidente precisou ausentar-se para participar de reunião externa. A Dra. Patrícia defendeu a necessidade de encaminhamento à Coordenadoria Jurídica, para parecer jurídico quanto à solicitação. O Colegiado aprovou a conversão em diligência. **C) ENCERRAMENTO DA SESSÃO -** A presidência encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos e, para constar, eu, Amanda Beatriz Gomes de Souza, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os presentes. Curitiba, trinta de novembro de dois mil e dezoito.

Eduardo Pião Ortiz Abraão	Matheus Cavalcanti Munhoz
Presidente	Primeiro Subdefensor Público-Geral
Josiane Fruet Bettini Lupion	Gerson da Silva
Corregedora-Geral	Ouvidor-Geral
Fernando Redede Rodrigues	Luis Gustavo Fagundes
Conselheiro	Purgato Conselheiro
Martina Reiniger Olivero	Patrícia Rodrigues Mendes
Conselheira	Conselheira
Renata Tsukada	Ricardo Milbrath Padoim
Conselheira	ADEPAR
Carlos Augusto Silva Moreira	Amanda Beatriz Gomes de Souza
Lima	Secretária Executiva
ADEPAR	

33693/2019

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - DOIS MIL E DEZOITO

Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia vinte e três de novembro de dois mil e dezoito, com início às dez horas e três minutos, na sala de reuniões do Conselho Superior, no terceiro andar.

Aos vinte e três dias de novembro de dois mil e dezoito, com início às dez horas e três minutos, na sala de reuniões do Conselho Superior, no terceiro andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua Mateus Leme, número mil, novecentos e oito, realizou-se a **DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho, Dr. Eduardo Pião Ortiz Abraão, Subdefensor Público-Geral, Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz, a Corregedora-Geral, Josiane Fruet Bettini Lupion, e o Ouvidor-Geral, Gerson da Silva. Presentes os Excelentíssimos Membros Titulares: Dr. Fernando Redede Rodrigues, Dr. Luis Gustavo Fagundes Purgato e Dra. Patrícia Rodrigues Mendes. Ausente a Dra. Martina Reiniger Olivero. Presente a membro suplente Dra. Camille Vieira da Costa, em substituição à Dra. Renata Tsukada. Da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Paraná – ADEPAR, presente o Dr. Carlos Augusto Silva Moreira Lima. **EXPEDIENTE – I)** O Presidente cumprimentou os presentes, conferiu o *quorum* e abriu a sessão. **II)** Aprovada a ata da décima sexta reunião ordinária. **III)** Distribuições: Protocolo quatorze, zero, zero, um, oitocentos e nove, zero – Dra.